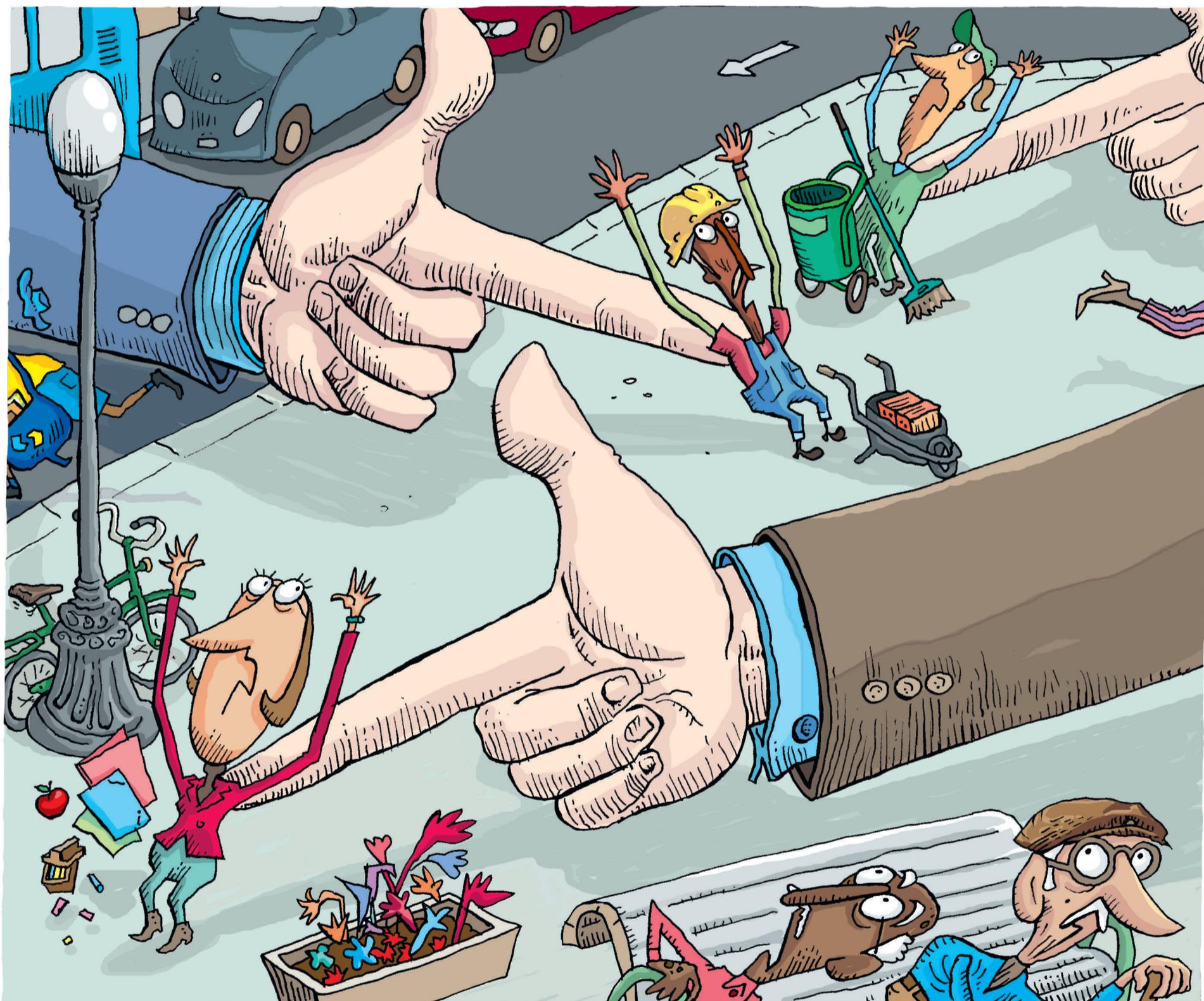


Edição 217 |
Abril de 2019
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

ILUSTRAÇÃO: ELIAS



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Entrevista com Eglon Canto, presidente do IPASSP-SM

Página 3

Memória Sinprosm: Leda Marzari

Página 7

**A nova proposta pedagógica na
EMEI Ângela Tomazetti**

Página 6

EDITORIAL

MUITAS FRENTES PARA LUTAR

O novo governo federal ainda nem alcançou a marca dos 100 dias e o cenário que se apresenta nos desafia e preocupa cada vez mais. Além dos embates no campo econômico, que afetam diretamente o financiamento das políticas educacionais, muitas outras pautas colocadas em discussão mesmo antes de o Presidente Jair Bolsonaro receber a faixa presidencial ameaçam não só o trabalho dos professores e a qualidade da educação pública brasileira, mas toda a evolução em termos de direitos sociais conquistados nos últimos 15 anos.

Não bastasse a ausência de propostas consistentes para área e a total falta de capacidade para formar uma equipe com competências técnicas, que deem conta de buscar soluções para as questões nevrálgicas que assolam a educação no país, retorna

à agenda de debates o Projeto “Escola Sem Partido”, a principal bandeira erguida pelo grupo ligado a Jair Bolsonaro para a Educação. A proposta prevê o cerceamento das atividades docentes por meio de gravações e denúncias, o que, para nós, representa mais uma forma de desvalorização, na medida em que ataca os professores em sua atuação profissional e desconstrói o papel social da escola na formação de uma sociedade livre, justa e solidária. Embora a implementação do projeto dependa do diálogo com os Sis-

temas Estaduais e Municipais, é importante nos mantermos informados e alertas para essa temática, já que a ideia encontra simpatizantes por aqui, junto ao Poder Legislativo Municipal. Vimos no final do ano, na discussão da descabida moção de apoio ao projeto, que manter posição pode ser difícil para alguns parlamentares.

Outro assunto que tem preocupado aos professores é a questão da Reforma da Previdência que, se aprovada, impactará não só na vida de todos os trabalhadores, mas também na dos aposentados e nas futuras gerações. O SINPROSM já está buscando informações, tanto junto ao IPASSP-SM quanto à nossa assessoria jurídica, para conhecer os impactos dessa medida na vida dos nossos professores ativos e aposentados. Esta edição traz ambos os pontos de vista.

No que se refere às demandas locais, estão abertas as negociações da questão salarial do magistério municipal. Portanto, mais do que nunca, é fundamental estarmos unidos para defender não só as nossas conquistas enquanto categoria e a manutenção da educação pública e de qualidade para todos os cidadãos, mas somarmos nossas vozes a de todos os brasileiros na luta pelos direitos e garantias adquiridos por toda a classe trabalhadora e na resistência aos retrocessos sociais que se aproximam.

“É fundamental estarmos unidos para defender não só as nossas conquistas, mas somarmos nossas vozes a de todos os brasileiros na luta pelos direitos e garantias”

CHARGE DO ELIAS



ESPAÇO JURÍDICO

WAGNER
ADVOGADOS
ASSOCIADOS



PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA NO CONGRESSO

Em fevereiro, o Governo Federal apresentou ao Congresso a Proposta de Emenda à Constituição n. 6/19, que modifica a previdência social. Como principal alteração, a PEC remete a fixação dos critérios de concessão dos benefícios a Lei Complementar (LC), a ser editada após a sua aprovação.

A par disso, a PEC estabelece regras provisórias, válidas desde sua entrada em vigor até a edição da citada LC. Especificamente quanto à aposentadoria dos professores da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio, passa-se a exigir 60 anos de idade para ambos os sexos, além de 30 anos de contribuição exclusivamente em atividades de magistério nesses níveis de ensino. Docentes estatutários deverão comprovar, ainda, 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo em que se der a inativação.

De outro lado, aos professores já vinculados ao RGPS, a Proposta prevê regras de transição, baseadas no tempo de contribuição no magistério da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio (25 anos para mulheres e 30 para homens), aliado ou à idade (inicialmente 51 anos para mulheres e 56 para homens, elevados anualmente a partir de 2020), ou a um somatório de idade e tempo de contribuição (81 pontos para mulheres e 91 para homens, também aumentados ano a ano a partir de 2020 até 95 e 100 pontos).

Aos que já são estatutários, deve-se preencher, cumulativamente, o tempo de contribuição, a idade (que será elevada a partir de 2022) e o somatório de ambos, além de comprovar 20 anos de serviço público e 5 anos no cargo em que ocorrer a aposentadoria.

Ainda, a PEC estabelece uma série de outras importantes alterações, inclusive quanto à forma de cálculo do benefício, promovendo também a implantação de um sistema de capitalização, de modificações nas pensões por morte, entre outros.

Para se tornar Emenda, a PEC precisa ser aprovada em dois turnos tanto na Câmara, por 308 votos dos 513 deputados, quanto no Senado, por 49 dos 81 senadores.

POLÍTICA

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA VISÃO DO IPASSP-SM

Eglon Canto, presidente do instituto que gere a previdência dos servidores municipais, avalia a complexa proposta do governo

Os 114 artigos da PEC 06/2019, o projeto do governo Jair Bolsonaro para reformar a previdência, modificam de forma radical o modelo vigente de contribuição previdenciária e aposentadorias, incluindo-se os regimes próprios de previdência (RPPS), como o IPASSP-SM. Para o magistério, o impacto maior fica com a regra de transição e a idade para aposentadoria. “Pode ser bom para o fundo, mas é ruim para o professor. Para ser justo, é necessário que seja bom para ambos”, pontua a coordenadora de organização e patrimônio, Martha Najjar.

Conversamos com o presidente Eglon Canto no dia 22 de março, logo após sua participação em um seminário para a apresentação e avaliação da proposta ainda em fase inicial de tramitação.

Sinprosm: O que poderia ser destacado nas alterações propostas em cada área de abrangência da reforma da previdência?

Eglon: Na concessão de benefícios, haverá aumento na idade de aposentadoria para homem e mulher; no custeio haverá aumento de alíquota individual para 14% como índice padrão tanto para união como para estados e municípios; possibilidade de instituição de contribuição extraordinária para os RPPS com déficits financeiros; instituição de novo modelo de gestão previdenciária para trabalhadores e servidores públicos que ingressaram no mercado de trabalho após a aprovação da reforma da previdência; regras de transição para os atuais servidores; e garantia dos direitos adquiridos até a data de aprovação da reforma.

Em relação ao magistério, o que pode ser destacado sobre as principais alterações a que se propõe essa reforma da previdência?

A aposentadoria especial para professor terá novas exigências, das quais destacamos a idade da aposentaria, que passará a ser aos 60 anos para ambos os sexos; o tempo de contribuição será de 30 anos para ambos os sexos; haverá regra de transição para os atuais professores até a data da aprovação da reforma; e as alíquotas de contribuição serão iguais para todos os participantes do RPPS.

Como serão essas regras de transição para a aposentaria especial do magistério?

Pelo projeto da reforma, será uma transição progressiva no tempo: até 31 de dezembro de 2021, 51 anos de idade e 25 anos de contribuição para mulher, e 56 anos de idade e 30 de contribuição para homens; a partir de 1º de janeiro de 2022, idade de 52 anos para mulher e 57 anos para homens; em síntese, a partir de 2020 será aplicado somatório de idade e do tempo de contribuição por um modelo de pontos que estabe-



Eglon orienta os servidores a acompanharem a tramitação do projeto e suas prováveis mudanças

lecerá o limite máximo de pontos para a integridade de proventos.

Regras de transição para professores (art. 3º, §5º da PEC)

São aplicáveis aos professores (funções de magistério, na educação infantil e no ensino fundamental e médio que ingressarem no serviço público em cargo efetivo até a data da promulgação da Emenda, mediante os seguintes requisitos:

I – 51 anos de idade, se mulher, e 56 anos de idade, se homem;

II – 25 anos de contribuição, se mulher, e 30 anos de contribuição, se homem;

III – 52 anos de idade, se mulher, e 57 anos de idade, se homem, a partir de 1º de janeiro de 2022.

O somatório da idade e do tempo de contribuições, equivalente a 81 pontos, se mulher, e 91 pontos se homem; e

A partir de janeiro de 2020, será aplicado o acréscimo de um ponto, até atingir o limite de 95 pontos, se mulher, e de 100 pontos, se homem.

Há previsão de mudança na concessão de pensão e de outros benefícios previdenciários, tais como auxílio-doença, salário-maternidade e salário-família?

Sim, há previsão no cálculo da pensão por morte: a pensão ficará de 100% até o limite do teto RGPS e 70% da parcela excedente a esse teto; no caso de mais de um dependente, 60% do valor fica para o titular, e 10% por dependente adicional até o limite dos 100%. A Lei Federal nº 13.135/2015, cujo texto já está vigente em Lei Municipal, que

estabelece carência e temporalidade progressiva até os 44 anos continua valendo. Para os demais benefícios previdenciários que são concedidos a servidores ativos, há previsão de alteração somente no custeio, que passara a ser de responsabilidade do Município e não mais do RPPS.

Como está o IPASSP-SM em relação ao impacto dessa reforma e a necessidade de se fazer adequações legais no RPPS?

O IPASSP-SM é a unidade gestora do RPPS do Município de Santa Maria e concede todos os benefícios previdenciários previstos no RGPS, o que significa dizer que, provavelmente, será atingindo plenamente pela reforma em todo o seu contexto de normas direcionadas aos RPPS. Em termos de gestão, o RPPS de Santa Maria já é um modelo de regime de capitalização, porém poderá sofrer algumas mudanças de estrutura e organização para poder se adequar às exigências dessa reforma da previdência.

Por fim, qual a mensagem que a administração do Instituto gostaria de deixar aos servidores municipais, em especial aos do magistério, sobre tramitação e aprovação desse projeto de reforma da previdência?

Como dissemos no início, a proposta de reforma da previdência é ampla e complexa. Haverá muita discussão no congresso sobre o texto proposto, o qual, provavelmente, sofrerá modificações até quando - e se - for aprovado. Tentamos destacar alguns pontos da reforma que consideramos mais relevantes para os servidores conhecerem nesse momento. Mas nossa orientação é que os servidores acompanhem de perto a tramitação desse projeto, que é de interesse de todos, sem, porém, criar expectativas em relação ao que poderá ser aprovado.

CAMPANHA SALARIAL

PERDA SALARIAL HISTÓRICA É SUPERIOR A 31%

Na data-base, Sinprosm solicita reunião com prefeito Jorge Pozzobom para abrir negociações sobre reajuste de 2019

Mais uma campanha salarial está começando e a missão não deverá ser fácil. Março é a data-base para a reposição salarial do funcionalismo municipal e o Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria solicitou ao prefeito Jorge Pozzobom no último dia 13, via ofício, agendamento de reunião para tratar do índice a ser concedido à categoria. Apesar de contatos posteriores, não houve até a sexta-feira (29) qualquer resposta por parte do governo.

O Governo Federal anunciou em janeiro o novo piso salarial da categoria em R\$ 2.557,74 para uma jornada de 40 horas. O Sinprosm pretende ter como referência não só esse valor, mas também o acumulado de perdas salariais nos últimos anos.

VONTADE POLÍTICA

O Sinprosm encomendou ao economista Ricardo Rondinel, professor do departamento de Ciências Econômicas da UFSM, estudo sobre as perdas salariais históricas da categoria em Santa Maria. O relatório, encaminhado à coordenação no final de fevereiro, indica que a implementação do piso nacional mitigou a desvalorização na série histórica iniciada com a aprovação do primeiro plano de carreira do município, ocorrida em abril de 1989. Para que o salário básico do professor tenha o mesmo



Terá o prefeito Jorge Pozzobom vontade política de valorizar os professores municipais??

poder de compra de então, o reajuste a ser concedido deve ser de 31,65%.

Para Martha, fica demonstrado o quanto os professores vem perdendo ao longo dos anos. “Conquistamos com muita luta avanços no plano de carreira, mas na questão salarial fomos e continuamos a ser desvalorizados. O piso

nacional, uma vitória nacional da categoria, está sendo ignorado pelo governo Pozzobom, como se sua implantação dependesse apenas de ordem judicial. É de vontade política que estamos falando”.

A questão em aberto é: Pozzobom tem vontade política de valorizar o professor?

ESCOLA SEM PARTIDO

PLURALIDADE NA PLENÁRIA SOBRE ESCOLA SEM PARTIDO

O objetivo central da plenária organizada pelo Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria nesta quinta-feira (1) foi atingido: discutir o projeto Escola Sem Partido com espaço para todos os pontos de vista. A mediação foi das professoras Martha Najjar e Celma Pietczak, coordenadoras do Sinprosm.

“Agradeço o sindicato por ter me convidado. Isso é o verdadeiro pluralismo de ideias”, destacou a professora Paula Marisa de Oliveira, que é favorável ao projeto e abriu a plenária com os principais pontos da proposta. “Professor jamais pode se utilizar de sua condição para impor sua ideologia aos alunos, não interessa qual seja”, defende. Relacionou artigos da Constituição Federal com os da Escola Sem Partido, minimizando as críticas sobre interferência no trabalho do professor. “Tudo que está na lei, está na Constituição. A única coisa que a lei traz é a utilização de um cartaz em sala de aula”, argumenta.

Para Maria Isabel de Almeida, o proble-



Celma Pietczak mediou o debate entre as professoras Maria Isabel de Almeida e Paula Marisa

ma não está na lei, mas na natureza ideológica que está por trás dela. A sugestão de que alunos gravem professores em sala de aula, sejam denunciados anonimamente e o cerceamento da atuação política dos grêmios estudantis são os pontos que mais ameaçam a liberdade den-

tro das escolas. Acredita ainda que os problemas mais sérios da educação, como as condições precárias das escolas, não está no norte de quem defende este projeto. “Não somos um bando de gente em sala de aula fazendo chacinha”, concluiu.

ARTIGO

A SÉTIMA ARTE EM FAVOR DA EDUCAÇÃO

O compromisso maior dos educadores é primar pela formação humana dos sujeitos envolvidos no processo ensino/aprendizagem. Ao entender que a formação formal hoje em dia pode está disponível em sites da rede mundial de computadores, considera-se importante, na escola, despertar no aluno a curiosidade pelo conhecimento, promovendo efetivamente a aprendizagem. Com uma proposta de prática diferenciada, é possível aproximar e envolver o aluno em construções significativas. Somente se aprende o que se ama, assim defende Mora (2017). Segundo ele, as crianças absorvem todo o sensorial que as rodeia em uma constante aprendizagem que transforma seus cérebros. A Neuropedagogia busca entender como a aprendizagem acontece. De certeza, sabe-se que a emoção desempenha fundamental papel para que se efetive. Para Mora (2017, p. 69), “as emoções são processos inconscientes que o indivíduo utiliza para sobreviver e se comunicar e para tornar mais sólidos os processos de aprendizagem e memória”. Pare ele, “[...] emoção-cognição é um binômio indissolúvel”. O autor vai além quando diz que residem nas emoções os fundamentos básicos de um bom ensino. Se tratando de emoção, o cinema pode ser inserido como dispositivo no contexto educacional, permitindo ao aluno, ainda, uma formação cultural e artística.

Com podemos conceituar o cinema? De uma maneira simples, pode-se dizer que “cinema é um processo que permite a realização de filmes” (GERBASE, 2012, p.23). Ainda, que cinema é linguagem e nos dá a possibilidade de entender o mundo a partir do que o outro apresenta. Mas, sobretudo, cinema é arte, quando há uma “confluência positiva de muitas variáveis: um bom roteiro, uma equipe em momento inspirado, um elenco talentoso e disposto a dar tudo o que pode em cada plano, uma produção [...] que consiga colocar na tela o que é necessário para dar ao filme uma transcendência rara” (GERBASE, 2012, p.34). Duarte (2012) aponta que o cinema, ao ser ensinado na escola, permite que cada aluno desenvolva sua própria intuição e configure o que chama de cinema pessoal, afetando a interpretação da sua realidade, compreendendo experiências e particularidades humanas. Assim, proporcionar um encontro com o cinema, independente da área de atuação do docente, permitirá ao aluno um novo horizonte de possibilidades com a arte cinematográfica, a promoção de



uma experiência estética (AZEVEDO e TEIXEIRA, 2011).

Bergala (2007) aponta que a escola, hoje em dia, é o lugar apropriado para se promover o encontro com a arte cinematográfica. Ele diferencia a produção audiovisual do cinema e incentiva tanto a produção cinematográfica quanto a análise crítica, por parte dos estudantes, das técnicas envolvidas na produção. Propõe um treinamento do olhar para além do que está posto, buscar entender a fotografia e sua finalidade, os movimentos de câmera, os tipos de planos e porque foram escolhidos. Para o autor, a escola pode desempenhar diferentes papéis, como tirar do filme o status de mera substituição do docente. Ainda sugere que o professor se desloque de seu papel, assumindo um risco voluntário por amor pessoal à arte e se torne o que denomina de ‘passador’, o que leva alguém a um novo lugar, conduzindo o aluno à iniciação e à formação de um gosto pessoal pela arte. Desde sua criação, o cinema exerce um fascínio sobre seu público. Por que não inserir nas escolas ferramenta de tão grande aceitação entre os públicos de diferentes idades? É possível promover um encontro entre cinema e educação, um encontro agradável, que além de inserir a arte na escola, promova o envolvimento de todos os jovens ao universo criativo da arte cinematográfica. Há dificuldades? Certamente. Mas não haverá arrependimentos aos que se se arriscarem.

Rejane Zanini

Mestre em Letras – Literatura

Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos/RS

REFERÊNCIA

AZEVEDO, A. L. F. e TEIXEIRA, I. A. C. *Os professores e o cinema na companhia de Bergala.* (Org.) FRESQUET, A. *Dossiê Cinema e educação #2, Uma relação sob a hipótese de alteridade de Alain Bergala,* Rio de Janeiro, Booklink Publicações: 2011.

BERGALA, A. *La hipótesis del cine: pequeño tratado sobre la transmisión del cine en la escuela y fuera de ella.* Trad. Nuria Aidelman e Laia Collel. Barcelona: Laertes S.A.: 2007.

DUARTE, R. *O cinema de cada um.* Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B6ZR7EvA9p8idGJMTG1ocFZXdGs/edit?usp=sharing>> Acesso em: 21 out. 2018.

GERBASE, Carlos. *Cinema, Primeiro filme.* Porto Alegre, Artes e Ofícios, 2012.
MORA, Francisco. *Neuroeducación, solo se aprende aquello que se ama. 2ª edición, revisada y ampliada.* Madrid, Alianza Editorial: 2017.

FORMAÇÃO

UM DESPERTAR NA EMEI ÂNGELO TOMAZETTI

Viagem de estudos promovida pelo Sinprosm estimula mudança na proposta pedagógica da escola de educação infantil

O Sinprosm acredita que formação pedagógica, visando a melhoria da qualidade do ensino e das condições de trabalho de seus associados, também é sua função. Uma das iniciativas neste sentido foi a viagem de estudos à Escola Despertar, em Porto Alegre.

A Escola Despertar, de educação infantil, se inspira na proposta pedagógica das escolas de Reggio Emilia. Originada no norte da Itália e disseminada pelo pedagogo Loris Malaguzzi, tem a intenção de mostrar a abordagem pedagógica voltada para a criança como protagonista na construção do seu conhecimento. Malaguzzi propõe que os adultos tenham como tarefa prioritária a escuta e o reconhecimento das múltiplas potencialidades de cada criança, que deve ser atendida em sua individualidade.

A visita, organizada e custeada pelo Sinprosm no dia 30 de novembro de 2018, teve a participação de 38 professores. A coordenação solicitou às direções das escolas de educação infantil a indicação dos professores, com as vagas remanescentes sendo ofertadas às demais interessadas. A diretora Sylvia Moro e a professora Marília Lopes Heman, da EMEI Ângela Tomazetti, fizeram parte do grupo que conheceu a estrutura e dialogou com professores, direção e funcionários sobre a caminhada da instituição e a sua prática.

Motivada pela experiência, a professora Marília, já como coordenadora pedagógica, aprofundou o estudo da proposta e sua adaptação à realidade da escola, iniciando com a formação continuada dos colegas, passando pela busca de parcerias com diversos segmentos ligados à educação e chegando à necessária readequação dos espaços. “Nós sentamos na mesa e pensamos: esses materiais estruturados para que servem, afinal? O que é possível se desfazer, o que vamos doar para outras instituições, o que pode continuar? Todo mundo foi dando a sua opinião”, relata.

Com menos cadeiras, mesas, trabalhos estruturados, com as crianças mais livres para descobrir diariamente os elementos nos tatames, nas cestas dos livros, no pátio e nas “expedições” organizadas no ambiente da escola, os professores mantêm-se atentos aos interesses e imperativos de curiosidade, estabelecendo conexões entre os conhecimentos e as ações pedagógicas. “Os espaços precisam ser pensados. Não é largar a criança para brincar”, explica Marília. Na turma do Pré A, exemplos desta dinâmica não faltam. Com o início do planejamento, a professora passou a não estar em sala de aula uma vez por semana. “Eles tinham curiosidade: mas que dia é esse? É na terça-feira. Quando que é a terça? Então nós fomos fazer o calendário com eles”.



De oito mesas, restaram três na sala do Pré A e B. O tatame é o lugar preferencial para brincar

Mudanças naturalmente geram resistência. Por ainda ser novidade, a transição ainda está em andamento. Para os pais, a falta de trabalhos, da forma mais tradicional de ensinar a pegar o lápis, escrever as letras e números, também causou alguma estranheza, que estão sendo superadas passo a passo com o esclarecimento e a participação na sua construção, como estabelece a proposta de Reggio Emilia. “É importante saber a letra do seu nome, mas também são importantes outras questões. A escola está aqui para completar algumas habilidades da família e subsidiar outras que a família não tenha formação”. As turmas terão portfólios, onde as ações coletivas serão contadas através de fotos

e vídeos. Os novos pareceres, instituídos no ano anterior, são ilustrados.

O investimento financeiro é ínfimo. O trabalho baseia-se no modelo sustentável e os materiais são reutilizados, com muita doação feita pelas famílias, como lata de achocolatado, caixa de ovo, madeiras, a lista de materiais sugeridos utilizada com restrição, com a preocupação de ensinar as crianças a cuidarem da limitação de recursos, orientação estrita da Reggio Emilia e de fácil adoção por outras escolas. “A coordenadora da Despertar disse que não sabe por que as escolas públicas tem medo, por que essa é a única proposta em que não se compra praticamente nada”, lembra Marília.



Diretora Sylvia Moro e coordenadora Marília (ao fundo) durante a visita à Escola Despertar

Memória Sinprosm

LEDA MARZARI, A MOBILIZADORA

O magistério não foi a primeira opção da “artista” do interior de Faxinal do Soturno. Mas, dentro da rede municipal, tornou-se uma militante pelos direitos dos professores, buscando agregar colegas e mobilizá-los em torno de diversas lutas em mais de uma década de Sinprosm



Eu era a única mulher de uma família de cinco irmãos na Linha Nova Palma, em Faxinal do Soturno. Como morávamos pra fora, tínhamos Ensino Fundamental na escola perto e depois no Ensino Médio que caminhávamos 6 km para Escola Dom Antônio na cidade, onde estudei de noite. Minha mãe escolheu para mim ser costureira, mas eu quis voltar a estudar. Saí de casa para estudar em Cruz Alta e meu irmão fez minha matrícula errada: ao invés de Ciências Contábeis, que era minha opção, acabei inscrita em Ciências Licenciatura. Frequentei um semestre, vim para Santa Maria e tinha vaga em Ciências na UFSM.

ARTEIRA

Quase concluindo, percebi que precisaria fazer uma complementação da plena. Como eu sempre via o povo das artes com aquelas roupas diferentes, me identifiquei. Sempre gostava de escultura, das formas, a observação da natureza, das cores, então em 1983 fui para Educação Artística e mais tarde consegui transferência para Desenho e Plástica. Enquanto isso, em 1985 entrei na rede municipal com contrato para dar aula de Ciências. Em seguida se abriu a possibilidade de um mestrado em Arte e Educação. Nesse meio tempo fui convidada para a Urcamp de São Gabriel e lá estive por 10 anos, ao mesmo tempo com o município aqui.

PAREM AS MÁQUINAS

Durante a licenciatura decidi procurar uma carreira fora do magistério por que o município pagava muito pouco. Pra ti ter uma ideia, uma prima do Banrisul ganhava de vale-alimentação o mesmo que eu com 20 horas. Mas como dizem que a gente nasce pra coisa, firmei no magistério e amo o que faço. Logo que entrei na rede começou o grande movimento junto com os municipais e eu participei. Me chamaram de louca, por que era celetista, recém tinha entrado e estava saindo em greve. Eu dizia que quem quiser que acompanhe, por que não estava contra o prefeito, ia lutar a favor da categoria. Ocupamos as máquinas da prefeitura na Av. Medianeira e impedimos que saíssem. Foi o movimento que me levou a fazer parte da luta. Se você quer vencer, tem que fazer parte, não pode se omitir. Até hoje a luta continua a mesma, defendendo os nossos direitos não interessa quem for o prefeito.

MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Em abril de 2004 comecei a participar das coordenações, foram três seguidas como cedida. A gente abre mão muitas vezes de vantagens pra lutar pela categoria. Eu, que só tinha 20 horas, fazia mais de 30. Acredito que a minha contribuição tenho sido mais de envolver os professores, de correr, botar pilha, ir nas escolas.

Sempre dizia que a categoria tem a força, não é a coordenação. Até hoje é assim. Existem os colegas que não querem saber do sindicato, mas eles fazem parte do todo. Eles também ganham todas as vantagens que foram alavancadas pelo sindicato. É importante que a categoria esteja unida. Ultimamente estamos tendo ameaças de desmobilização de sindicatos pelos governos, o que está bem nítido desde o ano passado com a retirada da contribuição anual. As pessoas estão acuadas, mas eu acho que está na hora de voltar, fortalecer a coordenação, por que a gente não sabe o que vem por aí.

ARTES, TECNOLOGIA...

Eu adoro trabalhar com pesquisa, já faz três anos que coloco o 7º ano em projetos e é tão bacana vê-los se envolverem. Eu vejo que eles têm interesse maior porque estão lidando com aquilo que gostam, mas nem todas as escolas têm isso. É muito deficitário. O celular pode ser proibido em aula, mas tem determinadas atividades a gente tem que usar e avançar nisso.

As Artes também ainda não têm espaço adequado para trabalhar. Na zona rural, a natureza nos oferece muitas coisas. Como tenho uma ligação muito forte com a escultura, tem a madeira, a argila, os metais, os tecidos, que nos oferecem alternativas diferentes e exigem locais adequados. No Bernardino Fernandes e na Santa Flora existem, pela primeira vez, salas de arte para que possamos trabalhar. Isso é fantástico. As artes e suas diversas linguagens trabalham com as emoções e sentimentos. Se o ser humano está voltado hoje para a tecnologia, não podemos esquecer das emoções para o equilíbrio espiritual dos seres que precisam se relacionar e estar com o outro.

FOCO NO SEMINÁRIO

Quando vim cedida, fui indicada para participar do grupo de um seminário que era feito pelo CPERS junto com o Sinprosm. Desde o primeiro ano, que participei das discussões, cheguei para a nossa coordenação e disse que tínhamos condições de fazer um seminário nosso. No ano seguinte, participamos de novo, mas em 2006 fizemos o primeiro Seminário Educação em Foco. Até hoje é um evento que a categoria abraça e participa. É uma coisa que ficou nessa minha caminhada no sindicato.



Leda (abaixo, à direita) com o grupo que organizou em 2010 o III Seminário Educação em Foco

24 DE ABRIL TEM ASSEMBLEIA GERAL DOS PROFESSORES

Mediante o silêncio da gestão do prefeito Jorge Pozzobom sobre a repositição salarial do funcionalismo municipal, o Sindicato dos Professores Municipais convoca, para o dia 24 de abril, assembleia geral da categoria. O encontro será no salão nobre da AABB às 17h30, após a “paradinha” da formação da Secretaria Municipal de Educação.

O Sinprosm encaminhou ao gabinete do prefeito, no dia 13 de março, ofício solicitando reunião para discutir o reajuste. Até o momento não houve resposta.

A questão salarial será a pauta principal, mas não a única. Também serão assuntos da assembleia a situação do piso salarial, a reivindicação pelo reajuste do auxílio alimentação, a proposição de uma plenária para discutir a reforma da previdência e a participação na greve geral do dia 15 de maio. “Estamos em um momento crucial para a nossa categoria localmente, mas também para os trabalhadores do país. Os professores de Santa Maria não ficarão alheios aos ataques que estamos sofrendo. A mobilização é cada vez mais necessária”, avalia a coordenadora de Organização e Patrimônio, Martha Najar.

PREPARE-SE PARA O ENCONTRO DAS PROFESSORAS MUNICIPAIS APOSENTADAS

A aposentadoria não é motivo para deixar de conviver com amigas e colegas de uma vida. Por isso, o Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria prepara para o dia 9 de maio o 1º Encontro dos Professores Municipais Aposentados.

A programação tem apresentação do grupo da oficina de dança da professora Lívia Thomas, palestra com Anelise Schmitz sobre “Novas Possibilidades na Aposentadoria”, demonstrações sobre as demais oficinas oferecidas pelo sindicato e café de encerramento.

O encontro será na AABB, com início às 13h30min. Para confirmação de presença, as professoras sindicalizadas interessadas devem entrar em contato com o Sinprosm até o dia 5 de maio pelo telefone (55) 3223 0168.

CRÔNICA EM REDE



SER PROFESSOR EM 2019:
É TEMPO DE RESISTIR.
É TEMPO DE LUTAR!

Lutar pela educação no Brasil no ano de 2019 tornou-se imprescindível. Vivemos em uma época de incertezas que afeta o mundo do trabalho e a classe trabalhadora de uma maneira insuportável. A reforma trabalhista de Temer retirou direitos e não gerou os empregos prometidos com a flexibilização das leis. O governo do presidente eleito Jair Bolsonaro completou o primeiro trimestre mostrando-se hábil em fabricar suas próprias crises. A sua reforma da previdência exime os grandes devedores enquanto onera os setores mais frágeis da população brasileira, além de beneficiar as forças armadas. Para piorar a situação, o funcionalismo público, em especial, nós professores, fomos apresentados à sociedade como o inimigo principal.

A elevação do tempo de trabalho de nossa categoria para obter a aposentadoria e o patrulhamento ideológico inaugurado pelo projeto escola sem partido evidenciam um completo desconhecimento do cotidiano escolar. Trabalhamos muito, lidamos com inúmeras situações que extrapolam a nossa função, somos desvalorizados financeiramente, inexistente um tempo adequado para planejamento das aulas, entre outros problemas que superamos dia após dia. Neste sentido, devemos ser intransigentes na defesa da qualidade do trabalho que ofertamos diariamente e lutar contra essa reforma da previdência que desconsidera a nossa difícil realidade, assim como a de milhões de trabalhadores pelo Brasil. É tempo de resistir. É tempo de lutar!

Roberto Lisboa

Professor de História da EMEF Sérgio Lopes

Envie seu texto com até 2.000 caracteres (com espaços) para sinprosm@gmail.com e participe do Crônica em Rede!

SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

Sinprosm
A FORÇA DOS EDUCADORES



CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3223-0168 | 3025-5458

COORDENAÇÃO:
Martha Izabel Pauler Najar, Juliana Corrêa
Moreira, Vera Terezinha Simon Monte, Silvana
Peruzollo, Celma Pietczak e Leda Marzari

PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
REDAÇÃO, REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.200 exemplares